

**PROCESSO N.º 3263/2016**  
**PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL N.º 199/2016**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 42 /2016**  
**HOMOLOGADO EM 07/11/16**

**Objeto: Aquisição de diesel S10 para a Frota Municipal.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatatã, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. N.º 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF n.º 960.951.728-53 doravante denominada apenas por **CONTRATANTE** e a empresa **B. C. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 02.779.501/0001-43, estabelecida à Av Ascanio Moreira De Carvalho, no n.º 629, CEP nº: 85440-000, na cidade de Ubatatã, Estado do PR, doravante denominada apenas por **CONTRATADA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com a Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente, a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 199/2015 no Sistema de Registro de Preços, por deliberação do (a) Pregoeiro (a), homologado pela autoridade competente e publicado no Órgão Oficial do Município, mediante as cláusulas a seguir estabelecidas:

**COMPOSIÇÃO DA ATA:**

**LOTE 01**

Item	Qtd	Un	Discriminação	V. Unit	V. Total
1	150.000	L	Diesel S10	2,95	442.500,00

**1. ENTREGA DO OBJETO CONTRATADO**

**1.1. Local de Abastecimento:** Nas dependências da Contratada.

- a) O combustível deverá estar disponibilizado para abastecimento em estabelecimento próprio da Contratada, no perímetro urbano do Município de Ubatatã.
- b) A frota que utiliza este combustível é composta em sua maioria caminhões e ônibus que abastecem diariamente, desse modo a contratada deve comportar esta demanda sem que haja formação de filas, congestionamento no trânsito, atrasos ou demais complicações.

**1.2. Condições de abastecimento:**

- a) O Município enviará através do condutor do veículo a autorização de abastecimento, devidamente assinada pelo responsável da Secretaria solicitante, na qual constará a quantidade de combustível, valores e frota do veículo. Após apresentação, o veículo deverá ser abastecido imediatamente respeitando apenas a ordem natural de abastecimento do estabelecimento, desde que o tempo de espera não seja superior a 05 (cinco) minutos.
- b) No ato do abastecimento de cada veículo, a contratada deverá emitir nota fiscal, a qual fará a identificação do veículo, número de frota, placa, quilometragem, número do processo, anexando-a a respectiva autorização de abastecimento. As notas fiscais que não constarem a autorização não serão pagas.

**1.3. Recebimento do combustível:** A contratada deverá garantir a qualidade do combustível fornecido e sua procedência, atendendo as normas da Agência Nacional do Petróleo ou outras pertinentes ao caso, sob pena de ter o seu recebimento recusado.

a) Caso haja recusa do combustível fornecido, o mesmo deverá ser substituído de imediato.

**1.4. Regime de Entrega e Recebimento:** Fracionado, de acordo com as necessidades do Município.

**1.5. Fiscal da Ata de Registro de Preços:**

Secretaria de Administração: Fábio Augusto Celestino, Telefone (44) 3543-8013;

Secretaria da Assistência Social: Altair da Silva Pereira, Telefone (44) 3543-1369;

Secretaria do Esporte e Lazer: Luiz Antônio Feitosa, Telefone (44) 3543-4355;

Secretaria da Educação: Umberto Donizete Mazzotti, Telefone (44) 3543-2591;

Secretaria da Saúde: Cleusa de Oliveira Santos, Telefone (44) 3543-2385;

Secretaria dos Serviços Rurais e Viação: Altair Sgarbi, Telefone (44) 3543-2341;

Secretaria de Serviços Urbanos: Marcos da Silva Retamero, Telefone (44) 3543-4358;

Secretaria do Desenvolvimento Econômico: Cleidynei Aparecida da Silva Carvalho, Telefone (44) 3543-2467.

## **2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**2.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no presente Termo e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**2.2.** Efetuar o abastecimento de acordo com o prazo e local constantes no presente Termo.

**2.3.** Garantir a qualidade e procedência do combustível fornecido, responsabilizando-se por danos que ocorram nos veículos causados por combustíveis de má qualidade. Caso seja constatado que o combustível fornecido originou problemas nos veículos, tais como resíduos em bicos injetores e válvulas, perda de potência, aumento de consumo, resíduos sobre velas de ignição, resíduos na câmara de combustão, batida de pino, entre outros, poderá o Município aplicar as penalidades previstas no presente Termo, além de apresentar denúncia à ANP.

**2.4.** Realizar, quando solicitado, “*teste da proveta*”, de acordo com as normas previstas pela Resolução da ANP nº 09 de 2007, perante funcionários designados pelo Município.

**2.5.** Manter e apresentar quando solicitado, o Boletim de Conformidade, expedido pela distribuidora da qual adquiriu o combustível, referente aos 06 (seis) últimos carregamentos recebidos, de acordo com a Resolução da ANP nº 09 de 2007.

**2.5.1.** DE acordo com a Resolução 41/2013 ANP, estabelecimentos que possuem bandeira branca deverão informar a qualquer tempo a procedência do combustível.

**2.6.** Manter durante toda a execução da Ata de Registro, a identificação de procedência do combustível nas bombas de abastecimento.

**2.7.** Arcar com todas as despesas referentes ao abastecimento, sendo que nos preços praticados em sua proposta deverão estar previstos custos referentes à mão de obra, impostos, encargos sociais, transportes, entre outros.

**2.8.** Responsabilizar-se por danos ocasionados a administração ou a terceiros, causados durante o abastecimento.

**2.9.** Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto.

**2.10.** Responsabilizar-se pelos serviços prestados, obrigando-se a reparar exclusivamente à sua custa eventuais erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades porventura verificadas na execução dos mesmos, bem como ressarcir o Município por danos e prejuízos decorrentes.

**2.11.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).

**2.12.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo, o objeto com avarias ou defeitos.

**2.13.** Comunicar ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**2.14.** Manter durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo Município.

**2.15.** Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços.

**2.16.** Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços.

**2.17.** Atender a seguinte legislação: Lei nº 9.478, de 6/8/1997, a Lei do Petróleo; Lei nº 9.847, de 26/10/1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; Portaria DNC nº 26, de 13/11/1992, que institui o Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC); Portaria DNC nº 30, de 6/7/1994, sobre preços nas bombas medidoras; Portaria ANP nº 116, de 5/7/2000, que regulamenta o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, modificada pela Resolução nº 15, de 14/05/2007; Resolução Conama nº 273, de 29/11/2000, que regulamenta o licenciamento prévio para localização e construção de postos; Resolução Conama nº 319, de 4/12/2002, sobre prevenção e controle de poluição em postos de combustíveis e serviços; Resolução ANP nº 9, de 7/3/2007, que estabelece regras para o controle da qualidade do combustível automotivo líquido; Resolução ANP nº 33, de 14/11/2008, que estabelece alterações e inclusões de incisos da Portaria ANP nº 116, de 5/7/2000.

### 3. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

**3.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo.

**3.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes presente Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento em definitivo.

**3.3.** Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado e corrigido.

**3.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

**3.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Termo.

### 4. VALRO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**4.1.** O valor da presente ata é de R\$- 442.500,00 (*quatrocentos e quarenta e dois mil quinhentos reais*), o qual inclui todas as despesas necessárias à entrega integral do objeto licitado.

**4.2.** Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, é indicada a seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte de recurso	Valor
0304	364	339030010300	DIESEL		2.970,00
0509	1259	339030010300	DIESEL	104	80.190,00
0605	1622	339030010300	DIESEL	303	148.500,00
0701	2067	339030010300	DIESEL		2.970,00
0801	2285	339030010300	DIESEL		29.700,00
0902	2522	339030010300	DIESEL		89.100,00
1002	2709	339030010300	DIESEL		89.100,00
1201	3242	339030010300	DIESEL		2.970,00

### 5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**5.1.** O pagamento será mensalmente mediante conferência da documentação fiscal.

**5.2.** No corpo da Nota Fiscal, deverá ser informado o número do processo, marca de produto cotado, assim como a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente. A não informação dos itens acima levará à devolução da Nota Fiscal.

**5.3.** Conforme Instrução Normativa 45/2010, o pagamento de despesas será efetivado pelos meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, obrigatoriamente nominal ao credor, sendo física ou jurídica, conforme consta na documentação dos processos licitatório.

## **6. PRAZOS**

**6.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, com início na data da assinatura da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogada.

## **7. REVISÃO**

**7.1.** O valor pelo qual será contratado o objeto da presente licitação poderá ser revisto com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93, desde que haja comprovada alteração nos preços de referência do Edital, mediante apresentação de Ofício direcionado ao Gestor de Contratos solicitando alteração do preço com as devidas justificativas e comprovantes.

**7.2.** Quando houver solicitação de revisão de preços o Município fará cotações a fim de verificar se houve alteração nos valores de referência do Edital. O percentual constatado será a base para a revisão.

**7.3.** É vedado a Contratada interromper a execução do objeto durante a avaliação do pedido de revisão.

**7.4.** Caso o Município verifique que os valores dos produtos sofreram queda com relação ao Termo, os mesmos também poderão ser revisados. Caso a Contratada não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, a mesma será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**7.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Contratada não puder cumprir o compromisso, o Município poderá liberar a Contratada do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

## **8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, livre de qualquer ônus, nos seguintes casos:

- a) Por dolo, culpa, simulação ou fraude na sua execução;
- b) Quando pela reiteração de impugnações efetuadas pelo Município, ficar evidenciada a incapacidade da fornecedora de executar o previsto em Ata ou dar continuidade a mesma;
- c) Nos casos previstos no *Item 09* da presente Ata de Registro de Preços;
- d) Nos casos previstos nos Arts. 78, 79 e 80 da Lei nº8.666/93;
- e) Falta de dotação orçamentária e/ou recursos disponíveis por parte do Município;
- f) Cessão ou subcontratação não permitida ou acima dos limites legais.

**8.2.** Caso ocorra o cancelamento, fica a parte provocadora obrigada a comunicar a outra com trinta dias de antecedência.

## **9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Verificadas falhas, irregularidades na execução do objeto, atrasos ou transgressões às cláusulas da Ata de Registro de Preços o município de Ubiratã notificará a Contratada, que estará sujeita a aplicação das seguintes sanções:

**9.1.1.** Multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor total contratado por atraso injustificado:

- a. No abastecimento dos veículos;
- b. Na substituição, do combustível, conforme Item 1.3 do presente Termo;
- c. No atendimento referente à execução da Ata em que for solicitada a presença da Contratada.
- d. Atraso na realização dos testes solicitados pelo Município.

**9.1.2.** A multa de mora será calculada por hora, dia ou evento, de acordo com a situação e/ou modo de execução previsto no Item 1.1 do presente Termo do Edital;

**9.1.3.** O atraso injustificado da execução do objeto em limite superior ao dobro do prazo estipulado inicialmente ensejará na rescisão do Contrato por culpa exclusiva da Contratada.

**9.1.4.** Multa penal de 3% (três por cento) sobre o valor total da Ata quando por ação, omissão ou negligência, a contratada infringir qualquer das demais obrigações;

**9.1.5.** A inexecução parcial ou total da contratação acarretará em multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total não executado e no cancelamento da Ata de Registro de Preços por culpa exclusiva da Contratada, a critério do Município.

**9.2.** Ocorrendo o cancelamento por culpa da contratada e nos demais termos do Art. 7 da Lei 10.520/2002, sem prejuízo da multa prevista neste Termo e concomitante com esta, a Contratada poderá ficar impedida de contratar com a Administração Pública através de suspensão temporária pelo prazo de até 02 (dois) anos, podendo ser igualmente sancionada com a Declaração de Inidoneidade.

**9.3.** As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

**9.4.** A contratada deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a Contratada tenha direito. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

**9.5.** Será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

## **10. DA VINCULAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** Ficam vinculados a presente Ata, dela fazendo parte integrante independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e a proposta vencedora.

## **11. DA ANTICORRUPÇÃO**

**11.1.** O contratado deve observar e fazer observar por seus fornecedores o mais alto padrão de ética durante toda execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do servidor público na execução do contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar a execução do contrato;

- c) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando afetar a execução do contrato.
- d) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste item; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**11.2.** O organismo financeiro multilateral imporá sanção sobre a empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas na execução do contrato.

**11.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima o contratado permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

**12.1.** Fica eleito o foro da cidade de Ubitatã para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

**12.2.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ubitatã - Paraná, 07 de novembro de 2016.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito

**B. C. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.**

Representante legal da empresa

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: